

A TRANSIÇÃO MONARQUIA–REPÚBLICA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DE UM SEMANÁRIO PORTUGUÊS

FRANCISCO DAS NEVES ALVES¹

RESUMO

A imprensa portuguesa acompanhou *pari passu* os acontecimentos que marcaram a transição da monarquia à república no Brasil, revelando o interesse do público leitor pelo desenrolar dos fatos naquela conjuntura brasileira. Cada jornal, ou conjunto de jornais, revelaria determinadas condutas editoriais e construções discursivas a respeito do que ocorria no Brasil, revelando variadas formas de reproduzir aquela dada realidade. Este artigo consiste em um breve estudo de caso acerca dessas manifestações jornalísticas, através da abordagem do semanário lisboeta *A Crença Liberal*.

PALAVRAS-CHAVE: transição, monarquia, república, Brasil, imprensa portuguesa

No conjunto do noticiário internacional, o Brasil foi um dos países mais presentes nas páginas da imprensa portuguesa do século XIX. As antigas e íntimas relações, as afinidades e interesses em comum, a significativa colônia lusa presente ao longo do território brasileiro e a razoável quantidade de capitais que eram deslocados do Brasil para Portugal foram algumas das razões a justificar esse intenso interesse do leitor lusitano pela narração dos acontecimentos no seio da nação brasileira. Nesse sentido, os fatos que marcaram a transição da monarquia à república no Brasil encontraram sonoro eco junto ao jornalismo lusitano, de modo que a própria proclamação da república, o exílio da família imperial, o falecimento da imperatriz e, posteriormente, do imperador, o golpe de Estado realizado por Deodoro da Fonseca fechando o congresso nacional, os focos revolucionários brasileiros, mormente a Revolta da Armada, os desentendimentos luso-brasileiros que culminariam com a ruptura de laços diplomáticos entre ambos os países, até o reatamento das relações, seriam relevantes motes editoriais inclusos nas folhas impressas lusas.

Ao final do século XIX, o jornalismo português passava por uma fase de grande progresso, atingindo notáveis níveis de organização editorial e empresarial (Tengarrinha, 1989). Circulavam os mais variados

tipos de publicações, notadamente em Lisboa, tais como os diários considerados nacionais, pela perenidade e magnitude de circulação em termos do conjunto do país, além de caricatos, literários, científicos, pasquins e representantes de determinados segmentos socioeconômicos e/ou político-ideológicos, além de vários semanários e uma significativa quantidade de folhas editadas em variadas outras cidades próximas ou longínquas à capital do reino (ver: Tengarrinha, 1989; Pereira, 1895; Rocha Martins, 1941; Cunha, 1941; Rodríguez, 1996). No conjunto da imprensa lusa, seria publicado na capital portuguesa um semanário de quatro páginas, editado aos domingos, denominado *A Crença Liberal*.

Revelando que ainda se prendia a uma forma de fazer jornalismo como uma iniciativa quase individual, a folha apresentava as figuras de redator e proprietário unificadas na pessoa de Hermenegildo Pedro d'Alcantara. O valor da assinatura era: em Lisboa, 700 réis por trimestre e 1\$400 réis por semestre; nas províncias, 1\$075 réis por trimestre e 2\$150 réis por semestre. A publicação no corpo do jornal custava 100 réis a linha e os anúncios, 20 réis a linha. O escritório da publicação localizava-se na Praça dos Restauradores. A coleção com exemplares remanescentes do periódico dominical na hemeroteca da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se bastante incompleta, havendo várias lacunas quanto à circulação da folha. Segundo esses números restantes, em 1872 a publicação apresentava-se como sendo editada em seu décimo primeiro ano e teria circulado até dezembro de 1900¹ (Rafael; Santos, 2001, v. 1, p. 222). *A Crença Liberal* não teria comportamento diferente do restante do jornalismo luso e acompanharia os acontecimentos brasileiros à época do fim da monarquia e os primeiros tempos republicanos.

Ao referir-se à mudança da forma de governo brasileira, o jornal destacava que havia já bastante tempo que se esperava uma revolução na capital do Brasil, uma vez que o partido republicano trabalhava por minar os alicerces do trono, mas contra-argumentava que todos

¹ A ausência da primeira edição ou ainda de exemplares em que o periódico fizesse referências ao seu aniversário de publicação no acervo disponível da Biblioteca Nacional de Portugal impossibilitou que fossem obtidas informações quanto ao seu conteúdo programático ou norte editorial. Uma manifestação política do jornal indica oposição ao grupo político-partidário dos progressistas: "Este governo ignóbil e progressista, além de ter praticado as maiores torpezas, tem descido a quantas abjeções há. A sua vida é uma constante ignomínia. Agarrado às pastas, não as quer largar decorosamente, empregando todos os meios para que o bolo lhe não caia das mãos" (*A CRENÇA LIBERAL*. Lisboa, ano 27, n. 2828, 23 maio 1888, p. 1). A respeito da vida política portuguesa de então, ver: Mattoso, [s.d.]; Peres, 1935, v. 7; Serrão, 1986, v. 9; Serrão; Oliveira Marques, 2004).

supunham também que a influência pessoal do velho imperador pudesse conjurar por algum tempo mais a tempestade. Entretanto, a folha apontava que a desorganização e a indisciplina lavravam havia muito no exército, de modo que este, que deveria ser um elemento de ordem, acabara por contribuir mais poderosamente para a revolução. Não escondendo suas idéias, o periódico afirmava que não iria aplaudir o fato de os exércitos tomarem a iniciativa nesses movimentos, e muito mais quando tendiam à mudança da forma de governo, mas esquivava-se de projeções futuras, destacando que não se poderia ainda prever qual seria o desenlace da revolução iniciada, nem que conseqüências dela poderiam derivar-se para o Brasil e para as nações que com este tinham – como no caso de Portugal – mais íntimas relações comerciais².

Após divulgar relatos sobre a formação do Governo Provisório e os seus primeiros atos, a *Crença Liberal* relatava que a corveta lusa *Bartholomeu Dias* partira para o Rio de Janeiro, bem como deveriam sair também o transporte *Vasco da Gama* e mais outros navios de guerra, ressaltando a premente necessidade de proteger-se não só os interesses portugueses na capital do Brasil, mas em outras províncias igualmente importantes. Apontava também para a possibilidade de os revoltosos apelarem para o plebiscito para legitimar seu ato. Apesar de não muito afeito à idéia da mudança na forma de governo, o jornal declarava que os portugueses desejavam aos brasileiros as maiores felicidades, mas vaticinava que a situação econômica do Brasil poderia mudar um pouco e fazer mal a muitos compatriotas lusitanos que residiam em terras brasileiras, ou ainda, a outros que viviam em Portugal e dependiam dos rendimentos que recebiam daquele país. Conclusivamente, a folha opinava que não acreditava que a situação do Brasil melhorasse com a mudança de governo, e acrescentava que talvez a “grande nação” se tivesse de arrepender do passo impensado que dera, no qual tivera a iniciativa a tropa e a rapaziada estudantina, citando o caso da Espanha ao buscar lembrar que esta tivera a sua república e, passado o tempo, andava em procura de um rei que se sentasse no trono e onde a rainha que lá estava, apesar de estrangeira, vinha governando a contento de todos os partidos³.

A chegada da Família Imperial foi também noticiada pelo semanário lisboeta revelando certa lástima pela situação em que se encontrava o ex-soberano brasileiro. Afirmava que inspirava dor a aparência do ex-imperador do Brasil, pois, além de se ter visto esbulhado do seu trono e empurrado violentamente para terras

² A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 28, n. 2.902, 24 nov. 1889. p. 1.

³ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 28, n. 2.902, 24 nov. 1889. p. 1.

estranhas, tivera que aturar uma praga de repórteres de vários países, que lhe pediam notícias acerca do Brasil, obrigando Sua Majestade a repetir a mesma coisa um cento de vezes. As controvérsias em torno do pagamento de pensão a Pedro II por parte do governo republicano também foram referenciadas pelo periódico, além de destacar uma suposta resposta do derrubado imperador, pela qual teria ele afirmado que voltaria a ocupar o seu antigo cargo no Brasil se uma contra-revolução destruísse a república e ele fosse chamado. A folha emitia censuras aos novos detentores do poder, ao ressaltar que D. Pedro não recebera do governo brasileiro todas as atenções devidas à sua alta hierarquia e tivera de partir apressadamente para a Europa, vindo a descrever detalhes da partida, da viagem e da recepção. Mais uma vez o jornal enfatizava que a revolução partira da tropa e que em geral a cidade do Rio de Janeiro não levava a bem semelhante fato, mas não podia resistir-lhe, uma vez que os revoltosos eram muitos e estavam armados⁴.

As censuras do jornal português à mudança da forma de governo brasileira ficariam ainda mais evidenciadas por ocasião do falecimento, no exílio, da imperatriz brasileira. Em matéria intitulada “A usurpação brasileira”, a *Crença Liberal* afirmava que todas as causas tinham os seus mártires, de modo que não se poderia duvidar de que a revolução militar ou *pronunciamento* do Rio de Janeiro apressara, se não produzira, a morte da virtuosa princesa, cuja perda todos os corações de bem deploravam. De acordo com a folha, o imperador, como homem, de ânimo mais forte e filosófico, suportara melhor o golpe cruelíssimo, violento e inesperado que de fato, e não de direito, o privara do trono e da pátria, obrigando-o por alta noite a fugir precipitadamente, para escapar talvez a uma morte, diante da qual não recuariam por certo os *piratas* que assaltaram a residência imperial e acordaram violentamente os seus habitantes para os fazerem partir para o exílio, debaixo da artilharia de um couraçado, como se fossem criminosos de alta traição. E exclamava que não havia na história um exemplo que tanto merecesse a indignação dos povos civilizados⁵.

Ainda no mesmo artigo, o semanário questionava como podia um povo, que se dizia nação, ficar com os braços cruzados e deixar-se algemar por meia dúzia de ambiciosos que se fingiram descontentes e agravados, para atacarem a monarquia de meio século e a substituírem pela monarquia *eletiva*, pois como outra coisa não era aquilo que chamavam de república. Mantendo o tom interrogativo, perguntava

⁴ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 28, n. 2.904, 15 dez. 1889. p. 1.

⁵ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 29, n. 2.904, 10 jan. 1890. p. 1.

como que aquele povo não se levantara como um só homem, para esmagar os *flibusteiros* terrestres que assaltaram tronos, como os seus predecessores assaltavam navios. Diante disso, o jornal imaginava o que poderia acontecer quando à primeira surpresa sucedesse a reflexão, e quando a nação brasileira acordasse e visse que lhe roubavam um soberano sábio, benévolo e liberal para porem em seu lugar alguns ambiciosos e ignorantes propensos ao despotismo. A falta de informações era também denunciada pela folha, destacando que em Portugal não se conhecia a verdade dos fatos, pois a imprensa brasileira estaria visivelmente com as guias cortadas, já que, tendo aportado tantos paquetes depois da funesta revolta, ainda não chegara nenhum jornal que narrasse as ocorrências, restando espaço apenas para que corresse boatos⁶.

Em outra edição, mantendo o título “A usurpação brasileira”, a *Crença Liberal* tecia críticas ainda mais agudas aos governantes republicanos, fazendo diversas acusações. Segundo o periódico, os novos senhores do Brasil ordenaram que o país esperasse perto de um ano para ser representado em umas cortes constituintes; entretanto, eles não puderam esperar, e depois de decretarem para si mesmos grossos ordenados, compraram por seiscentos contos – quantia considerada excessiva – um palácio para residência do chefe do Estado. Diante de tais desmandos, o jornal questionava quem era naquele momento o chefe do novo Estado, e respondia, destacando que o Brasil estava sem chefe, uma vez que o governo que o dominava intitulava-se *provisório*, de modo que fora apressada e intempestiva a compra de um palácio para um chefe problemático e a respeito do qual ainda a constituinte haveria de resolver, num prazo de pelo menos um ano⁷.

Na mesma linha, a folha fazia referências ao reforço do aparelho militar-repressivo realizado na nova república, como forma de garantia dos novos detentores do poder, não deixando de destacar que, por outro lado o governo republicano tentava se fazer popular, abrindo um crédito de seis mil contos para socorros públicos, e prometia pagar as pensões e esmolas que o imperador pagava do seu “bolsinho”. Diante disso, o jornal afirmava que tal crédito supostamente seria para socorros públicos, mas parecia-lhe mais verossímil que fosse para as despesas eleitorais, da constituinte, de que o governo estava grávido, e que prometia dar à luz no prazo de nove meses⁸.

⁶ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 29, n. 2.904, 10 jan. 1890. p. 1.

⁷ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 29, n. 2.909, 26 jan. 1890. p. 1.

⁸ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 29, n. 2.909, 26 jan. 1890. p. 1.

Mais uma vez, o semanário luso tecia acusações contra a falta de informações fidedignas a respeito do Brasil, apontando que tudo quanto se sabia era de origem oficial, de modo que a situação e a opinião do país, que deveria ser exposta pela imprensa independente – se a houvesse no Brasil – isso não estaria chegando à Europa. De acordo com o periódico, tudo autorizava a crer que o governo provisório, ou intruso, não queria que se soubesse na Europa senão o que lhe convinha, e para isso haveria de ter tomado as necessárias precauções nos correios e nos telégrafos. Ironicamente, explicava que parecia que se levantara um muro de bronze através do oceano, entre a Europa e a América, e que todo o Brasil se convertera em sociedade secreta, tendo por vigilantes sete membros da “heptarquia provisória”, num quadro em que era uma revolta a esconder-se, e a deixar ver só a ponta da espada⁹.

O golpe de Estado perpetrado por Deodoro da Fonseca serviria também para que a *Crença Liberal* mantivesse seu espírito crítico para com a república brasileira. A folha enfatizava os efeitos que daquela crise poderiam advir a Portugal, explicando que as graves notícias que ultimamente vieram do Brasil produziram em Lisboa grande impressão, principalmente nas pessoas que tinham negócios para aquele ponto. O jornal referia-se à baixa do câmbio, ao fechamento do congresso e à proclamação “da lei marcial” no Brasil e questionava se fora para aquilo que se fizera a república e se destronara o velho D. Pedro, forçado a vir para a Europa e a assistir, pouco depois, ao falecimento de sua esposa, vítima decerto dos brutais acontecimentos realizados por uma soldadesca desenfreada, sob a direção de reconhecidos ambiciosos e ingratos¹⁰.

O periódico intentava descrever as causas do golpe e opinava que, diante dos fatos narrados, já se via que o Brasil não estava no seu estado normal, e que os casos sucedidos ultimamente, serviriam como o prólogo de graves acontecimentos que poderiam fazer perigar a vida e interesses de milhares de famílias, muitas das quais tinham residência em Portugal. Enfaticamente, a folha afirmava que ali estava o que o Brasil tirara da república, ou seja, se estava mal, pior ficara com a mudança, de modo que o ex-imperador estaria bem vingado dos agravos que recebera. De acordo com o jornal, a nação brasileira era muito mais feliz quando D. Pedro a governava sábia e liberalmente, pois seria indubitável que este era um dos monarcas mais ilustrados da Europa. Sem esquecer de alfinetar o movimento republicano luso, a *Crença Liberal* destacava que em Portugal havia quem quisesse fazer o mesmo que se fizera no Brasil, diante do que vaticinava que tais

⁹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 29, n. 2.909, 26 jan. 1890. p. 1.

¹⁰ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 30, n. 2.978, 15 nov. 1891. p. 1.

ambições não passariam de sonhos pueris. Para o semanário, os republicanos portugueses de nada valiam, e eram tão infelizes que não tinham um homem importante a dirigi-los, além do que combatiam o rei e as instituições não porque esperassem realizar os seus anelos, mas porque iam explorando parte do povo que ainda os não conhecia bem, num quadro pelo qual, em Portugal, haveria mais especuladores que republicanos¹¹. Ainda que em pequena nota, o falecimento de D. Pedro II também serviria à folha lusitana para enaltecer a monarquia, ao noticiar o motivo da morte e as atividades fúnebres¹².

Os distúrbios que eclodiram no Brasil em 1893, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, serviriam como fatores para que se incrementassem ainda mais as ferrenhas críticas à mudança da forma de governo brasileira. A partir da revolta no Rio de Janeiro, a *Creença Liberal* também reforçaria seu espírito crítico, noticiando que o Brasil debatia-se nas convulsões da guerra civil, e era de esperar que assim sucedesse, visto que fora por uma revolução militar que a república se implantara naquela vasta região, fadada pela natureza para ser uma das mais ricas e felizes do mundo. Segundo o jornal, o velho e sábio imperador, a quem o Brasil devia mais de quarenta anos de paz e de prosperidade constante, fora deposto do trono e expulso com grande ingratidão, e o país, passado o primeiro período de estonteamento que lhe causara a mudança rápida e inesperada das instituições, e sentindo-se caminhar para o abismo do descrédito, para onde fora levado pelos ambiciosos trunfos da governança, começara a agitar-se ao mesmo tempo que nas altas regiões do poder se travava luta acesa e renhida¹³.

Na perspectiva do semanário, com a revolta, os resultados estavam sendo vistos através da guerra civil, que seria a pior de todas as guerras, ou seja, aquela que armava irmãos contra irmãos e fazia correr rios de sangue, só para satisfação de uns sujeitos que, para se guindarem às cumiadas do poder, não duvidavam caminhar por sobre montões de cadáveres. Diante disso, o periódico clamava que Deus protegesse o Brasil, bem digno de melhor sorte, mas que se deixara cair nas garras da militância, e desde então se poderia prever que o desmantelamento do colossal império sul-americano seria a consequência fatal do estado anárquico a que o levaram os *Deodoros* e os *Florianos* de várias espécies. Para o jornal, não fora a vontade geral da nação quem expulsara das terras de Santa Cruz o mais liberal e mais democrata soberano do universo, e sim as ambições desmedidas e

¹¹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 30, n. 2.978, 15 nov. 1891. p. 1.

¹² A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 30, n. 2.981, 13 dez. 1891. p. 1.

¹³ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 32, n. 3.044, 13 out. 1893. p. 1.

insofridas dos titulares da militança, apoiados na força inconsciente da soldadesca desenfreada¹⁴.

Segundo a *Crença Liberal*, toda a vez que, na remodelação política de um estado, não entrasse como simples e exclusivo fator o sentir íntimo dos seus habitantes de todas as classes, a desordem, com todo o seu cortejo de horrores, seria a conseqüência necessária e fatal desse ato, diante do que seria este o motivo de o Brasil estar anárquico, dando ao mundo espetáculo bem pouco edificante. A inclusão do caso brasileiro no rol das “republichetas sul-americanas” foi também utilizada como argumento pelo periódico, ao afirmar que o Brasil não era nem mais nem menos do que as outras repúblicas da América do Sul, onde as revoltas, as sedições e os conflitos de toda espécie eram “o pão nosso de cada dia”. Enfático, o jornal exclamava que era aquela uma das “belezas” do sistema republicano, à sombra do qual a qualquer um era lícito aspirar a tornar-se o chefe supremo da nação, pouco lhe importando os meios de que tivesse de servir-se para o conseguir¹⁵.

Em verdadeira profissão de fé, o semanário luso afirmava que a lista civil dos monarcas e de suas famílias era o cavalo de batalha dos republicanos, ou ainda que isso era o seu argumento de escacha, e era sempre contra ela que arremessavam as suas mais aceradas setas, ao que contra-argumentava, declarando que se o sistema monárquico era a mais segura garantia de estabilidade das instituições, e portanto, da paz e do bem-estar dos povos, aquele seria um “abençoado dispêndio”, que, ainda assim, como acontecia em Portugal e em vários outros países, mais serviria para derramar benefícios do que para luxuosas ostentações, ou para aferrolhar, como se via nas repúblicas e do que se poderia citar exemplos recentes e bem conhecidos. Somava a essa explicação a afirmativa de que, se se fizesse bem a conta dos prejuízos enormes que o Brasil tinha sofrido desde que dali fora expulso o bondoso e respeitável D. Pedro II, se veria que esse cômputo daria para muitas dezenas de anos da lista civil, mesmo que não se fizesse referências senão aos prejuízos materiais, porque os de outra espécie seriam incalculáveis¹⁶.

O artigo acerca do foco revolucionário era arrematado com a declaração que todo país tinha o direito de se governar pelo sistema que mais lhe agradasse, e não se poderia negar ao Brasil a fruição desse direito, bem como afirmava que o regime republicano daria talvez mais sorte naquele estado, bem como resultados assaz apreciáveis, se essa

¹⁴ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 32, n. 3.044, 13 out. 1893. p. 1.

¹⁵ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 32, n. 3.044, 13 out. 1893. p. 1.

¹⁶ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 32, n. 3.044, 13 out. 1893. p. 1.

transição fosse levada evolutivamente. Mas lamentava que a situação não se dera dessa maneira, pois a mudança política fizera-se através de uma revolta militar, no meio da indiferença da massa geral da população. Os riscos à integridade institucional e territorial do Brasil também eram apontados pelo jornal, ao destacar que, sob a monarquia, o país poderia ainda por muito tempo conservar-se unido, mas, com o novo regime, isso seria improvável, uma vez que havia estados que poderiam ter existência autônoma, porque eram ricos e tinham receitas muito superiores às despesas, ao passo que havia outros que tinham déficit constante e careciam de viver à custa alheia. Na opinião do periódico, isso não poderia continuar, porque, numa nação tão vasta, a ação central, desprestigiada como andava, seria sempre fira e ineficaz e daí a origem do descontentamento que por toda parte se notava, e que cada vez mais ia lavrando. Repetindo expressão já usada anteriormente, o semanário concluía clamando: “Deus proteja o Brasil!”¹⁷.

O agravamento da crise brasileira e os desentendimentos diplomáticos brasileiro-lusitanos, culminando com a ruptura diplomática, também encontrariam eco nas páginas da *Crença Liberal*¹⁸. Já em junho de 1894, o jornal noticiava que o ministro inglês no Rio de Janeiro comunicara ao ministério que, autorizado pelo governo de Sua Majestade britânica, aceitara a missão de proteger os interesses e súditos portugueses durante o rompimento diplomático, diante do que o ministro tivera oficialmente reconhecido que o governo do marechal Peixoto aceitava com prazer a mediação oferecida pelo governo britânico¹⁹. O periódico buscava destacar as causas próximas e remotas do conflito com o Brasil e afirmava que, naquele momento, estaria Portugal a braços com o Brasil, e andando a nação lusa de chapéu na mão pelas chancelarias da Europa, pedindo a esmola das simpatias diplomáticas, num quadro em que lá ia o governo inglês fazer-se de mediano, e prestar serviços que os portugueses haveriam de pagar talvez com alguma larga concessão no ultramar, já que a Inglaterra não dava ponto sem nó e sabia pagar-se bem. A seguir o semanário fazia uma série de questionamentos: O que produziu este conflito? Foi a má vontade do governo brasileiro? Foi imprudência das autoridades portuguesas? —, ao que conjecturava que o tempo esclareceria aqueles que ainda estivessem duvidosos e desejava que aquele caso servisse

¹⁷ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 32, n. 3.044, 13 out. 1893. p. 1.

¹⁸ A falta de exemplares da *Crença Liberal* referentes a vários dos meses de 1894 e 1895 no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal trouxe entraves a um estudo mais completo acerca das reações do jornal diante da ruptura e do reatamento diplomático entre Brasil e Portugal.

¹⁹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 33, n. 3.059, 1 jun. 1894. p. 1.

de lição e o ministério dos negócios estrangeiros soubesse tirar dele proveito²⁰.

Ainda que as relações diplomáticas luso-brasileiras viessem a ser reatadas, a *Crença Liberal* não deixaria de tecer críticas à nova forma de governo, como no artigo “O câmbio no Brasil”, no qual afirmava que, assim como havia assassinos que matavam as pessoas, havia também os que matavam as nações, e nesse quadro, aqueles que fundaram a república no Brasil teriam sido ao mesmo tempo os assassinos da sua pátria. A folha destacava a constante baixa do câmbio no Brasil, prognosticando que assim se conservaria por largo tempo, e não deixava de fazer as constantes comparações com a época monárquica, afirmando que o Brasil ia prosperando a olhos visto, referindo-se aos avanços dos últimos tempos do império em comparação com o período republicano. Segundo o jornal, os principais fundadores da república, de pobretões que eram, em pouco tempo tornaram-se milionários, e arruinaram, em proveito próprio, um país que estava florescendo e ia medrando no seio da paz, sem a qual nenhum país progride²¹.

O caso brasileiro novamente era utilizado pelo semanário como argumento que deveria servir de exemplo para aqueles que quisessem “se aventurar” pelos caminhos republicanos, como ao afirmar que o Brasil estava dando lições à Europa e mostrando-lhe o perigo de querer mudar a constituição de um povo e destruir de repente as suas instituições seculares. Mais uma vez o jornal destacava que o Brasil deveria seguir o exemplo espanhol de retorno ao regime monárquico e fazia referência ao projeto norte-americano de que na América não deveria haver monarquias, acusando que não se poderia duvidar de que a revolução brasileira fora feita com o ouro americano, e que o Brasil passara a ser o escravo acorrentado do *Uncle Sam* e que este não queria a prosperidade de um país que fazia concorrência aos seus produtos coloniais, sobretudo no algodão, que nos mercados da Europa lhe poderiam fazer grande mal. Ainda apontando para os interesses imperialistas, o periódico argumentava que também a Inglaterra não queria a prosperidade do Brasil, porque via os produtos das suas colônias ameaçados, de modo que o Estado brasileiro, combatido pelas forças combinadas de duas grandes nações, haveria de ver-se a braços com a guerra civil, que o ouro estrangeiro lhe desenvolvia e mantinha de portas a dentro. Na irônica opinião da publicação lusa, os “patriotas” que no Brasil mataram o império, inventaram para o substituir a guerra civil,

²⁰ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 33, n. 3.061, 4 jul. 1894. p. 1.

²¹ A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 34, n. 3.059, 2 abr. 1895. p. 1

que haveria de aniquilar um país destinado a ser grande²².

Assim, no universo de reações da imprensa portuguesa a respeito da mudança da forma de governo no Brasil, a *Crença Liberal* representaria um pequeno microcosmo nesse amplo conjunto. Ainda que chegasse a apontar que todos os povos tinham direito a autodeterminar-se, inclusive no que tange aos seus “regimes” governamentais, a folha jamais aceitou a transformação republicana no Brasil, considerando-a como uma aventura militaresca. De acordo com o jornal, a inovação republicana não fora fruto da decisão do conjunto da nação brasileira e sim a criação de um grupo político pouco significativo amparado pela força dos militares. Na perspectiva da folha, aquele ato significara uma afronta desmerecida à figura do imperador brasileiro, amplamente elogiado pela publicação lusa. Os desmandos político-administrativos, as ondas revolucionárias e as dificuldades econômicas do Brasil eram utilizados pelo semanário para corroborar seus argumentos de que a república fizera mal ao jovem país, o qual acabara por adentrar nos instáveis caminhos de constantes golpes e contragolpes das demais repúblicas sul-americanas, além de ter ficado vulnerável à ação imperialista das nações mais poderosas.

Diante de um quadro pintado como tétrico, com a mudança na forma de governo, o periódico dominical acabaria por considerar que só uma intervenção divina poderia salvar o povo brasileiro dos descaminhos pelos quais os novos detentores do poder arrastavam o país. Em linhas gerais, a *Crença Liberal* seguia os ditames editoriais de uma significativa parte da imprensa lusa, amplamente preocupada com os interesses financeiros da nação lusitana e com os destinos da ampla colônia portuguesa em terras brasileiras. Além disso, em termos discursivos, o jornal demonstrava claramente seus pendores monarquistas, numa época em que os ideais republicanos e a crise do governo monárquico tornavam-se cada vez mais agudos em Portugal, de modo que criticar a mudança da forma de governo no Brasil era também uma estratégia discursiva para defender o *status quo* português.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Alfredo da. *Relances sobre os três séculos do jornalismo português*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1941.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, [s. d.]. v. 6.

PEREIRA, A. X. da Silva. *O jornalismo português*. Lisboa: Tipografia Soares, 1895.

²² A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, ano 34, n. 3.059, 2 abr. 1895. p. 1.

- PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 1935. v. 7.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001.
- ROCHA MARTINS. *Pequena história da imprensa portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1941.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1996. p. 351-396.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1986. v. 9.
- SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Presença, 2004. v. 10.
- TENGARRINHA, José Manuel. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1989.